

Requerimento de Sessão 21/2022

Protocolo 33386 Envio em 03/02/2022 08:16:56

Requer informações sobre a operação de crédito destinado a substituição das lâmpadas de iluminação pública atual por luminárias LED e do FUNDIP.

Excelentíssimo Senhor
JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR
Presidente da Câmara Municipal
Estância Turística Paraguaçu Paulista – SP.

A Vereadora que esta subscreve, nos Termos Regimentais vigentes, **REQUER** ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Antonio Takashi Sasada, as seguintes informações sobre a operação de crédito destinado a substituição das lâmpadas de iluminação pública atual por luminárias LED e informações sobre as receitas, aplicações e despesas do Fundo de Iluminação Pública:

1-) Apresentar cópias dos extratos da conta-corrente e das aplicações dos meses de janeiro a dezembro de 2021, das seguintes contas: **32.597-X, 50.342-8 e 6.128-X.**

2-) Apresentar listagens de empenho orçamentário e de restos a pagar, identificados separadamente, das seguintes fontes de recurso e código de aplicação, identificando as unidades orçamentárias a quais os empenhos se referem.

- a) Fonte 07 – código de aplicação 110.000;
- b) Fonte 03 – contribuição e do código de aplicação 100.251;
- c) Fonte 01 (Tesouro) do código de aplicação 100.173.

3-) Extratos bancário obtido pelo sistema Fiorilli das contas acima, demonstrando todas as movimentações e retificações que aconteceram no exercício de 2021.

4-) Cópia do balancete das despesas das seguintes fontes de recurso e código de aplicação:

- a) Fonte 07 – código de aplicação 110.000;
- b) Fonte 03 – código de aplicação 100.251;
- c) Fonte 01 – código de aplicação 100.173.



JUSTIFICATIVA

O requerimento objetiva solicitar documentos para análise do cumprimento da Lei nº 3.291 de 19/11/2019, quanto a operação de crédito que está estruturada da seguinte forma: prazo de pagamento noventa e seis meses, carência de doze meses, amortizações em até oitenta e quatro meses, com a taxa de contratação máxima de cento e oitenta por cento e taxa de comissão de contratação de dois por cento, sobre o valor contratado, bem como verificar se as cláusulas previstas na LOA 2021 e Código Tributário Municipal estão sendo observadas.

As informações são necessárias para demonstrar a transparência do trabalho do Poder Executivo.

Palácio Legislativo Água Grande, 2 de fevereiro de 2022.

VILMA BERTHO
Vereadora

